

Editorial

ECONOMIA

Achatamento da pirâmide social

ESTA SEMANA, O BRASILEIRO pôde deparar-se com índices auspiciosos sobre o desenvolvimento no país. Pesquisas distintas feitas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV Rio) mostraram resultados igualmente animadores. Os estudos indicam as consequências da mobilidade brasileira nas seis principais regiões metropolitanas do país (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre): enquanto o número de pobres caiu no país, elevou-se a quantidade de ricos e a classe média – definida pela FGV como famílias que possuem renda entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591 – hoje já representa a metade dos trabalhadores economicamente ativos.

No estudo *A nova classe média*, apresentado pelo economista-chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV, Marcelo Néri, o número de famílias na categoria subiu de 42,26% para 51,89% entre 2004 e 2008. Dois motivos principais têm relação direta com o novo índice. O aumento do número de postos de trabalho – só nos seis primeiros meses deste ano foram criados 1,361 milhão de novos empregos, segundo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – e a ampliação de programas sociais. Fatores estes tidos como determinantes para a diminuição da desigualdade social.

O que Néri gosta de chamar de “redução da desigualdade mais expressiva da história” mostra-se como um crescimento que carrega marcas de continuidade. Programas sociais do governo a exemplo do Bolsa Família, como já sublinhado, vêm desempenhando papel determinante para o patamar de novos índices. Convém observar, no entanto, que os novos recordes também são

fruto de ações sucessivas. O Plano Real, em 1994 (lançado no governo do presidente Itamar Franco), começou a permitir a quebra dos patamares da pobreza instalada no país. Entre 1998 e 2003, num segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso repleto de crises externas, os números

Avanço é fruto de programas sociais e ações sucessivas, desde o Plano Real

voltaram a crescer. A partir do primeiro ano de mandato do presidente Lula, a curva descendente apresentou queda de velocidade respeitável. Os pobres que, em 2003 representavam 35%

da população das principais regiões metropolitanas brasileiras, caíram para 27,1% em 2006 e 25,2% no ano passado.

Em meio a números sobre um dos melhores momentos econômicos por qual passa o país, o percentual de pobres apresenta redução de quase um terço. O levantamento do Ipea, feito com base em dados do IBGE, considera como pobre famílias com renda mensal de até meio salário mínimo (R\$ 207,50). O aumento do salário, a contribuição previdenciária e programas sociais têm relação direta com a diminuição da população pouco favorecida. Dos 14.352.753 pobres existentes há cinco anos, hoje são 11.756.563 – uma considerável porção de 4 milhões de brasileiros que saíram da linha de pobreza.

Diferentemente do que vinha ocorrendo nas últimas décadas, hoje a população tem chances maiores de subir na vida do que cair na pobreza. Como promissoramente avaliou o presidente do Ipea, Márcio Pochmann, estamos “deixando de ser um país de pobreza absoluta para ser um país de pobreza relativa”. Em outras palavras, os pobres estão menos pobres. Fato comprovado pelo Índice de Gini – que mede a evolução da diferença entre ricos e pobres com base na renda domiciliar do trabalho – que recuou 4,5 pontos percentuais de 2002 a 2008.

A velocidade de tal processo, ainda que este seja indicio de bons presságios, tem sempre possibilidades de ser mais rápida do que tem ocorrido. São esforços conjugados e medidas planejadas para surtir efeitos num médio ou longo prazo que determinarão o tamanho das melhorias sociais que tanto fazem falta ao Brasil.